

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO A PARTIR DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA EM SÃO LUIZ DO QUITUNDE, ALAGOAS (AL).

Autor: Edinal dos Santos Oliveira.¹

Orientador: Prof. Dr. Julio César Cardozo Rolón.²

*Professora da Rede Pública Municipal de Ensino de São Luiz do Quitunde - AL
Universidad Tecnológica Intercontinental – UTIC - Paraguai
¹edinalpedagia@gmail.com; ²julioocr25@hotmail.com*

RESUMO

O Programa Escola Ativa é uma política pública educacional com fins à materialização da modalidade de Educação do Campo nas escolas públicas brasileiras. É também uma estratégia de democratização da educação no campo que foi implementada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso com continuidade no Governo de Luiz Inácio da Silva, destinada a salas multisseriadas ou escolas pequenas, em local de difícil acesso, com baixa densidade populacional, com apenas um professor, na qual todas as séries/anos estudam juntos em uma mesma sala de aula. O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa de mestrado em Educação que versou sobre a temática “prática pedagógica de professores de escolas do campo de São Luiz do Quitunde, Alagoas – 2014, com fulcro em analisar, exatamente, as práticas educativas de docentes norteadas pelo Programa Escola Ativa. Buscou-se investigar as metodologias desenvolvidas pelos professores diante da temática e a prática docente moldada aos objetivos propostos pelas diretrizes da escola Ativa, bem como a verificação do uso dos recursos na atuação deste profissional em prol da garantia à prática na vida dos alunos como a Produção dos saberes. Eminentemente, de cunho quantitativo, com aplicação de questionário, revisão bibliográfica e também análise documental de Projetos Políticos Pedagógicos, por esta investigação verificou existir, por parte docente, muito esforço para trabalhar com a temática abordada. Porém, em outras instituições ainda se encontram vestígios do modelo tradicional de práticas pedagógicas e algumas divergências às legalidades exigidas para as práticas educativas relacionadas ao Programa Escola Ativa. Detectou-se, ademais, a não utilização de estratégias ou recursos didáticos por docentes que foram capacitados com o propósito de garantir a participação e o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem do aluno a partir dos princípios da Escola Ativa. Contudo, a implantação do Programa em comento garantiu aos docentes de Escolas do Campo de São Luiz do Quitunde (AL) conhecer os princípios da Educação do Campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo, Práticas Pedagógicas, Programa Educacionais, Escola Ativa.

1. INTRODUÇÃO

A Educação do Campo compreende, de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 2, de 28 de abril de 2008, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, em seu Art. 1º, a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio, destinada ao atendimento às

populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros. Este tipo de Educação no Brasil, ou educação rural (CNE/CEB, 2008), por muito tempo, foi excluída e marginalizada pelas instituições governamentais. A carência de políticas públicas voltadas para a educação do homem do campo, tanto do ponto de vista estrutural e da qualificação dos educadores quanto no que tratava da adequação curricular e as práticas pedagógicas dos docentes, estigmatizaram as escolas rurais pela sociedade como espaços que ofereciam ao homem do campo um ensino de baixa qualidade.

As práticas pedagógicas desenvolvidas pelo professor do campo não fomentavam o desenvolvimento de cidadãos que pudessem atuar em seu próprio mundo, resolver problemas de seu cotidiano e que, conscientes de seus direitos e deveres, que pudessem pensar criticamente sobre o mundo ao seu redor. Os conteúdos das aulas destinadas a comunidade camponesa tratavam de temáticas descontextualizadas, distantes da realidade dos alunos, vez que estes eram estabelecidos em subordinação aos conteúdos ministrados e aprendidos nas escolas urbanas.

A elaboração das diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação, através da Câmara da Educação Básica não alcançou a educação camponesa devido as especificidades desta. Diante disso, a ideia de subordinação do campo pela cidade e, em meio aos movimentos sociais pela redemocratização do ensino nas regiões rurais, fez surgir políticas públicas e projetos tais como a Escola Ativa. Ele é resultado de uma política pública e também uma estratégia de democratização da educação no campo que foi implementada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 -2002) com continuidade no Governo de Luiz Inácio da Silva (2003 -2010), destinada a salas multisseriadas ou escolas pequenas, em local de difícil acesso, com baixa densidade populacional, com apenas um professor, na qual todas as séries/anos estudam juntos em uma mesma sala de aula.

As concepções teóricas e metodológicas do “Programa Escola Ativa” estão fundamentadas no Liberalismo, Construtivismo e na Escola Nova. O material pedagógico foi desenvolvido em torno de teóricos como Pistrak (2000), Makarenko (2005), Caldart (2000), Freire (2001) e outros teóricos que foram adeptos de Escola Nova e que influenciaram-na em sua concepção. Assim, a metodologia desenvolvida no Programa Escola Ativa busca articular teoria e prática na construção de conhecimentos, no qual o educador é considerado um condutor do estudo da realidade. O Programa

trabalha com recursos pedagógicos próprios, tais como: guias de aprendizagem, os cantinhos de aprendizagem, biblioteca escolar, governo escolar e promoção flexível.

O presente trabalho apresenta resultados de uma investigação de mestrado em Educação. Constituiu-se de uma pesquisa de enfoque quantitativo (Gressler, 1983) que se propôs a analisar as práticas pedagógicas dos professores da Escola do Campo a partir da implantação do Programa Escola Ativa (PEA), de modo a indagar se as práticas docente destes estão fundamentadas na concepção e princípios de Educação do Campo.

2. A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS.

Em caráter geral, Veiga (1999) define a prática pedagógica como uma prática social orientada por objetivos, finalidades, conhecimentos, inserida em um contexto social. A autora estabelece uma distinção entre teorias e práticas pedagógicas ao afirmar que:

[...] o lado objetivo da prática pedagógica é constituído pelo conjunto de meios, o modo pelo qual as teorias pedagógicas são colocadas em ação pelo professor. O que as distingue da teoria é o caráter real e objetivo da matéria-prima sobre a qual ela atua, dos meios ou instrumentos com que se exerce a ação, e de seu resultado ou produto. Sua finalidade é a transformação real, objetiva de modo natural ou social a satisfazer determinada atividade humana. (VEIGA, 1999. p. 17)

Tais pressupostos levaram não apenas a novas concepções de ensino, das funções da escola, do educando, mas também à elaboração de novos métodos de ensino. Esse pensamento reflexivo surge desde o período dos movimentos educacionais que originaram, por exemplo, a Escola Nova. Para Lourenço Filho (1974):

A expressão escola nova não se refere a um só tipo de escola ou mesmo a um determinado sistema escolar, mas a um conjunto de princípios, que resultam em determinadas características, com o objetivo de reexaminar e rever os problemas didáticos tradicionais do Ensino. A Escola Nova era constituída de grupos que trabalhavam nos estabelecimentos de ensino. Realizavam a renovação educacional, utilizando novos métodos de ensino na busca da integração da vida dos alunos tanto no seu aspecto físico quanto no moral, intelectual e artístico, visando particularmente formar-lhes o caráter e a personalidade. (LOURENÇO FILHO, 1974. p. 17)

Na Escola Nova, as práticas pedagógicas são resultantes de sua filosofia de educação que lhes proporciona uma visão social e pragmática do preparo do homem para atender às exigências da sociedade em mudança e a afirmação deste como indivíduo. Compreendida como uma proposta de inovação educacional, a Escola Nova, tem na figura do educando, o centro do processo educativo,

cabendo ao professor facilitar as aprendizagens, priorizando o desenvolvimento psicológico e a auto-realização do educando, que se torna um agente ativo, criativo e participativo no ensino-aprendizagem. Desta forma, este Movimento Educacional utilizou-se de ciências auxiliares tais como: a psicologia e a biologia, pois se interessava, desde seu início, em compreender as necessidades da infância, e foi, a partir destes conhecimentos, que se tornou possível delinear seus princípios, que, por sua vez, promoveu uma nova concepção de escola e suas funções. Os conteúdos ganharam significação e passaram a ser expostos através de atividades variadas como trabalhos em grupo, pesquisas, jogos, experiências, entre outros. Sua principal característica é “aprender a aprender”.

Foram essas novas concepções oriundas da Escola Nova que fez emergir no cenário educacional, a necessidade de mudança, ou seja, os objetivos do trabalho escolar, as técnicas, o programa escolar, a organização e os procedimentos didáticos tinham que ser revistos e organizados de acordo com o contexto social. Tal posicionamento foi fundamental para o surgimento das concepções de educação do Campo, vez que muitos educadores, aliados e pesquisadores sobre uma forma de educação que valorizasse o homem do campo na sua magnitude, contexto sociocultural e econômico. Daí, a conclusão ao desenvolvimento de uma forma de educação específica ao homem campestre com princípios próprios.

3. PROGRAMA ESCOLA ATIVA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: FUNDAMENTOS E OBJETIVOS DE UMA NOVA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Pistrak (1888-1937) defendia a formação de cidadãos ativos e participantes da vida social. Em meio a revolução Bolchevique (Rússia), uma nova concepção de educação surgia, voltada para a formação integral do homem que estimulou a participação social a partir da escola. Visava-se romper com o paradigma capitalista, e para isso, a educação tornava-se essencial na construção de uma nova cultura e novos princípios formativos. Desta forma, a educação deveria desenvolver-se para além dos conteúdos escolares. Caberia a educação o papel de, não apenas reprodutora de conteúdos escolares, mas sim, de problematizadora, que se articulasse com a sociedade, preparando o indivíduo para atuar no momento presente com seus avanços tecnológicos e sociais.

Anton Semionoviche Makarenko, expoente da revolução Russa, pré e pós revolucionária, desenvolveu um trabalho em que visava a formação de um novo homem soviético que atendesse os ideais revolucionários e atribuía o sucesso da educação à capacidade do sujeito de se autocorriger. Para Makarenko (2005), o aluno deve ser ativo, dinâmico e co-participativo no processo educativo.

Os conteúdos deveriam ser concretos, atuais e deveriam ser reavaliados em um processo permanente diante das realidades sociais. Ele se opunha à lógica pedagógica tradicional. Segundo Filonov (2010), Makarenko parte do princípio de que:

(...) No interior da realidade ambiente, prodigiosamente complexa, a criança entra numa infinidade de relações em que cada uma se desenvolve sem cessar, se relaciona com os outros e se complica devido ao seu próprio crescimento físico e moral. Todo este “caos” que parece não ser suscetível de nenhuma quantificação não cria menos, a cada momento, modificações na personalidade da criança. Orientar e dirigir este desenvolvimento, tal é a missão do educador. (Makarenko, 1957 *Apud* Filonov, 2010. P. 14).

No Brasil, esse novo paradigma, fulcrado na Escola Nova, respingou sobre as concepções do fazer Educação de Paulo Freire, considerado um dos precursores da escola progressista no país. Seu pensamento na década de 70 influenciou diversos movimentos educacionais que consistiam na oposição ao discurso político pedagógico oficial e, a partir daí, surgiu a pedagogia crítica. Dentro deste contexto de Educação é que surge, também, o pensamento freiriano, grande integrante de movimentos populares, o qual elaborou um método para alfabetizar adultos marginalizados no sistema socioeconômico. Nas obras de Freire, o homem é o sujeito da educação. Evidencia-se uma tendência interacionista em que a interação homem - mundo, sujeito-objeto, é imprescindível para que o ser humano se desenvolva e se torne sujeito de sua práxis.

Freire (2001) desenvolveu uma pedagogia libertadora, na qual o professor atua como um mediador entre as atividades e a realidade. Os conteúdos eram extraídos da realidade do aluno, conseqüentemente, desmistificava a realidade, discernia e se conscientizavam. Na Pedagogia de Freire, a conscientização do aluno serve como uma ferramenta para que este possa atuar no mundo, tornando-se agente de sua própria vida e na sociedade.

Segundo Roseli Caldart (2002), é neste contexto de mudanças de significados e construção do conceito de Pedagogia libertadora que surge, não dos meios acadêmicos, a luta consciente das pessoas que moram no campo, uma diferença entre os termos Educação no Campo e Educação do Campo, de forma teórica e prática. É explicado, tecnicamente, a diferença entre os termos Educação do Campo e Educação no Campo, tendo como aporte, o uso das preposições “do” e “no”. Da Educação “no” Campo para a Educação “do” Campo, aponta-se para uma perspectiva referenciada na busca dos direitos sociais e na defesa da educação enquanto possibilidade de desenvolvimento e emancipação

social, sendo ela um fator indispensável na concretização de projetos político-pedagógicos que objetivam atender as necessidades dos sujeitos camponeses. Destarte, depreende-se que Educação “do” Campo é uma categoria discursiva cujo significado traz uma definição de o povo que tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (CALDART 2002, p. 26).

No contexto de conquistas educacionais no Brasil, no âmbito legal, fundadas no engajamento dos sujeitos do campo pela garantia do direito à educação, identificou-se vários instrumentos que regulamentam a Educação do Campo enquanto direito às populações residentes no meio rural. Entre os principais marcos legais, encontra-se os artigos 23, 26 e 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, amparados em princípios do movimento Escola Nova como o respeito à personalidade do educando ou o reconhecimento de que deverá ele dispor de liberdade; o entendimento da necessidade da existências de uma Escola única; a escola do trabalho; a escola-comunidade e o respeito à diversidade vez que cada indivíduo são variáveis segundo a cultura, a família, seus grupos de vizinhança, de trabalho, recreação, vida cívica e religiosa.

Sob influência das políticas públicas educacionais para as comunidades do Campo, o Brasil tem instituído vários programas para a melhoria da qualidade de vida sociocultural, econômica e educacional às pessoas residentes em área rural. Nesse ínterim, surge o decreto nº 7.352, de 04 novembro de 2010, (BRASIL, 2010) como mecanismo legal para o aprimoramento da políticas em Educação do Campo. Nesse decreto, trata-se, inclusive, dos princípios da Educação do Campo.

O art. 2º do referido decreto estabelece como princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

O Programa Escola Ativa (PEA) surgiu para materializar os princípios da Escola do Campo, os quais, baseado nos princípios da Escola Nova viriam em decorrência contra a escolarização “no” campo, que não passava da extensão dos princípios e metodologias de ensino adotadas nas Escolas Urbanas às Escolas situadas no campo.

O Escola Ativa foi implementado em 1997, contando com a assistência técnica e financeira do Projeto Nordeste, objetivando aumentar o nível de aprendizagem dos alunos, reduzir a repetência e evasão e elevar os índices de conclusão do Ensino Fundamental. No final de 1998, os Estados de Sergipe e Alagoas também aderiram ao programa. Em 1999, o Projeto Nordeste se extinguiu dando lugar ao programa FUNDESCOLA- Fundo de Fortalecimento da Educação, o que não gerou descontinuidade nas ações desenvolvidas nos Estados, pois o Escola Ativa passou a ser subsidiado por este novo programa (FUNDESCOLA, 2005, p. 18).

De acordo com Projeto Base do Programa Escola Ativa, percebe-se que toda a sua estrutura está ancorada sob os princípios dos escolanovistas através da Escola Ativa. É o que se verifica logo no tópico, a seguir, ao explicitar como se dar o dimensionamento e metodologia deste programa instituído pelo MEC/Brasil. Toda metodologia do PEA está disponibilizado no projeto – base, elaborado pela SECAD-MEC/BRASIL (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade).

Aponta-se, sumariamente, como objetivos do Programa Escola Ativa:

Objetivos	Caracterização
A Educação deve ser "ativa" e relacionada com os interesses da criança.	Todo procedimento pedagógico realizado pelo docente deverá centrar-se no educando; nenhum aspecto da vida da criança deverá ser desconhecido pelo docente; a criança reconhecidamente necessita de orientações do docente, o professor deve influenciar o crescimento e o desenvolvimento do aluno
Aprendizagem através da resolução de problemas deve substituir a inculcação de matérias	O conhecimento é um instrumento que direciona a experiência para resolver situações cotidianas. A aprendizagem só poderá ser considerada adequada mediante a solução de problemas e não simplesmente através de conteúdos e matérias. A Educação deve ser a própria vida, ao invés da preparação para a vida. A Escola deve promover situações de aprendizagem, ajustáveis à idade e ao interesse do aluno,
O professor não dirige, mas tem o papel de aconselhar e orientar o alunado.	Os interesses da criança são determinantes daquilo que ela há de aprender, cabendo ao professor a tarefa de organizar, guiar, coordenar e planejar, com os alunos, a programação das atividades.
Fomento a cooperação em vez da concorrência.	Valorização da compreensão sobre a cooperação e descartar atividades competitivas. Desta forma, a prática pedagógica enfatiza o trabalho em grupo e, nesta experiência, se favorece o desenvolvimento psicossocial.
Democracia como forma de interação de ideias e personalidades, condição necessária ao verdadeiro desenvolvimento	A democracia deve ser utilizada como base da prática pedagógica, desenvolvendo a livre discussão de ideias, o planejamento conjunto entre professor e aluno e a participação de todos, pois a escola só poderá ensinar a democracia se ela for democrática.

Fonte: elaborada pela autora com base in BRASIL, 2010.

Metodologicamente, o Programa escola Ativa, possui livros - cadernos de aprendizagem para garantir uma estrutura de adequação aos princípios propostos pela modalidade Educação do Campo. Em sua estrutura, os Cadernos de Ensino-Aprendizagem possuem: Atividades Básicas (A), Atividades Práticas (B) e Atividades de Aplicação e Compromisso (C). São atividades sequenciais que favorecem a pesquisa e a problematização, possibilitam a construção do conhecimento no coletivo e individualmente, estimulam a cooperação, o diálogo, a reflexão e o compartilhamento de ideias. As atividades A, B e C, em seu conjunto, compõem um módulo. Os módulos, por sua vez, compõem nas unidades. O Caderno de Ensino-Aprendizagem constitui-se de um conjunto de unidades.

Sucintamente, estes cadernos de aprendizagem apresentam em sua estrutura os três tipos de atividades didático- pedagógicas do tipo A, B e C, ditas supra:

Cadernos	Caracterização
Atividade Básica (A)	Tem por objetivo explorar os conhecimentos prévios, convidando o educando à aquisição de novos conhecimentos. São abordadas situações reais, da vivenciado educando, que, a partir de provocações, estímulos, análise, observações, reflexões e interação com outros educandos, com o educador e com o próprio texto, conduzem a novas aprendizagens.
Atividade Prática (B)	Esta seção dos Cadernos de Ensino-Aprendizagem permite ao educando relacionar a teoria à prática, confrontar saberes, construir e reconstruir aprendizagens. Aqui o educando exercita os novos conhecimentos e formula conceitos importantes para sua formação.
Ativ. de Aplicação e Compromisso (C)	Possibilita ao estudante o uso do conhecimento construído no ambiente escolar em uma situação real, com seus colegas, com sua família ou na comunidade. Nela se verifica se o aprendizado está relacionado à vivência do educando.

Fonte: elaborada pela autora com base in BRASIL, 2005.

Além das seções acima expostas, existentes dentro dos cadernos de aprendizagem, há, ainda a estratégia didática metodológica dos cantinhos de aprendizagem, a constituição dos colegiados estudantis.

A seguir, será exposto aplicabilidade do PEA em escolas do Campo de São Luiz do Quitunde – AL.

4. A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO DO CAMPO A PARTIR DO PROGRAMA ESCOLA ATIVA EM SÃO LUIZ DO QUITUNDE – AL.

Para se averiguar a prática pedagógica de professores de Escolas de Campo em São Luiz do Quintude (AL), foi elaborado um questionário padrão de modelo misto do tipo dicotômico e

tricotômico. À princípio, este foi aplicado como pré-teste numa capacitação de gestores escolares de escolas do campo, desenvolvida na Secretaria Municipal de Educação de São Luiz do Quitunde (AL). *A posteriori*, exemplares de questionários foram entregues aos participantes da investigação, a todos os professores do campo, num total de 20 docentes. Todos os participantes entregaram os questionários preenchidos nas escolas. Foram selecionadas as 05 comunidades escolares de escolas com maior número de alunos matriculado no Campo, do total 15 escolas – campo, 1/3 das escolas daquele Sistema Municipal de Ensino. A tabela, a seguir, sintetiza o quantitativo de participantes da pesquisa que entregaram os questionários respondidos.

Com as informações colhidas do questionário-padrão aplicado durante a pesquisa, após a sistematização de dados, pode-se analisar o seguinte:

Tabela nº 01: Fundamentos teóricos e princípios do programa “escola ativa”

Indicadores	Sub - indicadores/perguntas	Sim	%	Não	%	Total de resp.
Princípios da educação do campo Escola ativa	O PPP da sua escola está fundamentado nos princípios do “programa escola ativa”?	16	80%	04	%	20
	O trabalho docente é orientado pelos princípios do programa escola ativa?	16	80%	04	%	20

Fonte: Elaborada pela autora.

Os dados da tabela supra permite auferir que na prática pedagógica docente a maioria dos professores questionados demonstraram conhecer a partir do Programa Escola Ativa os princípios que embasaram o PEA, orientados conforme a modalidade da Educação do Campo. Cerca de 80% dos entrevistados disseram que o Projeto Político Pedagógico das escolas em que trabalham possuem fundamentos pedagógicos consubstanciado aos princípios do Programa Escola Ativa e por pressuposto, alinhados às propostas teórico – teóricos metodológicos da modalidade de Educação do campo.

Os professores questionados participaram por dois anos de um programa de capacitação acerca do Programa Escola Ativa. Razão disso, boa parte estava familiarizado com os princípios do programa.

Tabela nº 02: objetivos do programa escola ativa

Indicadores	Sub - indicadores/perguntas	Nunca	%	Quase sempre	%	Sempre	%	Total de resp.
-------------	-----------------------------	-------	---	--------------	---	--------	---	----------------

Fonte: Elaborada pela autora.

Objetivos do programa escola ativa	As atividades elaboradas e desenvolvidas adequadas à realidade do educando.	0	15	75%	05	25%	20
	Aprendizagem através da resolução de problemas diários.	0	15	75%	05	25%	20
	Valoriza o conhecimento prévio e a participação do aluno nas atividades escolares.	0	12	60%	08	40%	20

A tabela supra traz dados acerca dos objetivos do Programa Escola Ativa (PEA). Buscou-se mostrar se os professores estavam familiarizados com tais objetivos e empenhados no processo de materializá-los durante a aplicação do PEA na municipalidade de São Luiz do Quitunde – AL. 25% da categoria docente afirma que SEMPRE suas atividades são adequadas à realidade do educando afim de que este possa participar e desenvolver sua aprendizagem. Em contratempo, 75% dos respondentes do questionário disserem que QUASE SEMPRE suas atividades são adequadas à realidade do educando. Em suas justificativas, o que predomina é a afirmação de que, pelo fato de muitos alunos não estarem alfabetizados, não se tem como desenvolver outras atividades que não de alfabetização a outras que solicitam a participação ativa do educando.

Na mesma tabela, verifica-se que em relação ao processo de desenvolvimento de atividades de ensino próprias para resoluções de problemas diários dentro do ensino- aprendizagem, a categoria docente reconhecem ser um dos objetivos do Programa Escola Ativa. Entretanto 75% destes disseram ser QUASE SEMPRE que aplicam atividades alegando dificuldades para organizar tais atividades contextualizadas com a realidade dos alunos.

Por fim, a última linha da tabela nº02 elucida sobre um dos objetivos do PEA: educação para a cidadania. Perguntado aos docentes sobre a valorização do conhecimento prévio e da participação do aluno nas atividades escolares, 60% destes afirmaram QUASE SEMPRE valorizar os conhecimentos prévios discente, ao passo que apenas 40% disserem sempre fazê-lo. A visão do objetivo de a escola ser um instrumento social para o desenvolvimento da democracia é diminuta por parte dos docentes questionados. Estes não veem a escola como um espaço social para o aprimoramento da democracia social. Uma das razões que estes alegam é o fato de existir, ainda, no seio da gestão escolar o aspecto de hierarquia rígida em que as ordens são todas as formas de planejamento ainda são de forma unilateral, de cima para baixo.

Em relação à aplicabilidade das atividades básica, prática e de aplicação, com exceção ao primeiro tipo de atividade, que é 100% aplicada, as outras duas, apenas 20% dos docentes disseram aplicar as atividades práticas e de aplicação isto é, 06 professores. As justificativas dos docentes, para tanto, é de que as atividades básicas, por serem similares à mesma estrutura do Currículo

Tradicional, são atividades rotineiras, semelhante às atividades escolares de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia. Em relação às atividades práticas e as de aplicação e compromisso, a justificativa é que, para os professores, muitos alunos ainda não estão preparados ou não conseguem executar as atividades sozinhos.

No tocante ao uso dos recursos didáticos estabelecidos pelo Programa, 50% dos professores, 10 dos questionados, afirmaram QUASE SEMPRE aplicar tais recursos como jogos educativos e livros paradidáticos além dos cantinhos de aprendizagem. Justificam que o fato dos alunos não estarem alfabetizados, se torna difícil o manuseio dos cantinhos de aprendizagem de forma permanente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou demonstrar as questões teóricas referentes ao desenvolvimento de práticas docentes de professor de educação do campo, explicitando uma abordagem na valorização do convívio do aluno em contato com o meio em que está inserido e o papel do docente na formação e preparação de um contexto social e as possibilidades de mudanças sociais.

Pôde-se considerar que existe por parte docente muito esforço para trabalhar com a temática abordada. Porém, em outras instituições ainda se encontra vestígios do modelo tradicional e algumas divergências às legalidades exigidas para as práticas educativas relacionadas ao Programa Escola Ativa. Detectou-se a não utilização de estratégias ou recursos didáticos, por docentes que foram capacitados, afim de garantir a participação e desenvolvimento do ensino aprendido do aluno garantidos a partir dos princípios da Escola Ativa.

A escola precisa libertar-se dos traços antigos. A prática inovadora possibilita ao aluno de construir o seu próprio conhecimento junto ao conhecimento do professor e colegas no convívio escolar. Isso também corresponde ao conhecimento integral, fator indispensável que deve conter no currículo escolar comprometido com ensino e aprendizagem do educando. Especificamente, o estudo esclareceu sobre a existência de diretrizes legais próprias ao contexto da escola do campo e suas respectivas práticas pedagógicas, apresentando um modelo de ensino contido nas determinações legais a partir das teorias e práticas da escola ativa.

Mesmo com as dificuldades encontradas no ambiente educativo, a partir do Programa Escola Ativa, o trabalho com o educando de forma criativa proporciona um encontro adequado entre o aluno

e a realidade em que vive. Também, dará condições de este fazer uso adequado desse sistema simbólico permeado pela sociedade e atender às necessidades básicas de comunicação em uma sociedade que está em constante transformação. O Programa permite abordar a realidade do aluno como um processo indispensável nas práticas educativas como práxis permanente na construção e formação cidadã de um alunado compromissado.

Deste modo, é necessário que os docente, ainda não inteirados sobre a aplicabilidade total do PEA, vejam-no não apenas como uma forma de ou mais outra proposta pedagógica e sim uma das formas de materialização dos princípios da modalidade de Educação do Campo.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, de 03 de abril de 2002/CNE/CEB/2002.**
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7352/2010.**
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20.12.96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1996
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2,** de 28 de abril de 2008
- FILONOV, G. N. BAUER, Carlos. BUFFA, Ester (orgs.): **Anton Makarenko.** Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. Recife. 2010
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia-** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FUNDESCOLA. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia para a formação dos professores do Escola Ativa.** Brasília: MEC, 2005.
- GRESSLER, Lori Alice. Pesquisa educacional: importância, modelos, validade, variáveis, hipóteses, amostragem, instrumentos. São Paulo: Loyola, 1983.
- LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova.** 13. ed. São Paulo: 15 Edições Melhoramentos, 1974.
- MAKARENKO, Anton. **Poema Pedagógico.** São Paulo. Ed. 34. 2005.
- PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho.** SP: Expressão Popular, 2000.
- SÃO LUIS DO QUITUNDE - AL: **Projeto Político Pedagógico das escolas do campo.** SEMED. 2008.
- VEIGA. Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática.** 2ª ed. Campinas. Papirus, 1999.